

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
DELMIRO GOUVEIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ESTER JOANNY SOARES DE OLIVEIRA

HISTÓRIA, GÊNERO E TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Delmiro Gouveia

2026

ESTER JOANNY SOARES DE OLIVEIRA

HISTÓRIA, GÊNERO E TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título Licenciatura em História .

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José da Costa Alcântara.

Delmiro Gouveia

2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

ESTER JOANNY SOARES DE OLIVEIRA

HISTÓRIAS, GÊNERO E TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de licenciada em História, aprovado em 16/06/2026.

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José da Costa Alcantara
(Universidade Federal De Alagoas)

Examinador Interno: Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo
(Universidade Federal De Alagoas)

Examinador Externo: Prof. Dr. Dorival Pereira

(Universidade do Estado da Bahia)

*Para minha mãe Roza e minha avó Joana (In
memoriam), sem elas eu não estaria aqui.
Para Thomas, meu filho, tudo é por você.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Roza e Edson, agradeço pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida escolar e acadêmica. Obrigado pelo dom da vida e por plantar em mim a paixão pelos livros e o estudo.

Cláudio, meu companheiro de vida, agradeço por ser meu apoio e acreditar em mim, mesmo quando eu descreditei.

Minha caminhada na graduação não seria possível sem professores e professoras que possibilitaram minha estadia na universidade ao demonstrar gentileza e solidariedade. Ao professor Lucas Lima, Leônidas Marques e Vagner Bijagó, agradeço por confiarem no meu potencial enquanto pesquisadora. À professora Suana Medeiros, obrigada pela compreensão em um momento difícil. Ao professor Eltern Vale, meu primeiro orientador, gratidão por sua generosidade e valiosa contribuição para a minha pesquisa.

Agradeço aos professores Dorival Oliveira (in memoriam) e Carla Taciane pela aceitação do convite e por suas contribuições à versão final do trabalho.

Aos amigos que encontrei durante essa jornada, obrigado pelas risadas e os momentos que tornaram essa experiência mais leve.

Por fim, sou grata ao meu orientador Rodrigo José da Costa, sua paciência e mentoria foram essenciais para que esse momento se realizasse. Agradeço por ter demonstrado humanidade quando eu era apenas uma estudante da classe trabalhadora e hoje após me tornar mãe.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo elaborar uma revisão bibliográfica sobre a articulação entre história, gênero e trabalho. Pretende-se analisar como a historiografia brasileira e internacional incorporou a categoria “gênero” para compreender a experiência das trabalhadoras, analisando os principais pressupostos, críticas e renovações deste campo de estudos. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de obras de referência, abrangendo autoras clássicas da História das Mulheres — como Joan Scott, Michelle Perrot e Louise Tilly — e obras fundamentais no cenário brasileiro. A análise percorre a evolução teórica do campo, desde o surgimento da história das mulheres até a consolidação da categoria gênero como elemento constitutivo das relações sociais e de poder. Os resultados evidenciam que a historiografia contemporânea do trabalho é indissociável da perspectiva de gênero e da interseccionalidade entre raça e classe, sendo indispensável para o entendimento das tensões e as múltiplas experiências presentes na história do trabalho.

Palavras-chave: História; Gênero; Trabalho; Historiografia;

ABSTRACT

This work aims to carry out a bibliographic review on the articulation between history, gender, and labor. It intends to analyze how Brazilian and international historiography incorporated the "gender" category to understand the experience of female workers, examining the main premises, critiques, and renewals of this field of study. Methodologically, the research is characterized as a bibliographic review of reference works, encompassing classic authors of Women's History—such as Joan Scott, Michelle Perrot, and Louise Tilly—and fundamental works in the Brazilian scenario. The analysis traces the theoretical evolution of the field, from the emergence of women's history to the consolidation of the gender category as a constituent element of social and power relations. The results show that contemporary labor historiography is inseparable from the gender perspective and the intersectionality between race and class, being indispensable for understanding the tensions and multiple experiences present in the history of labor.

Keywords: History; Gender; Labor; Historiography;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DO SILÊNCIO À PALAVRA	11
2.1	O surgimento da História das Mulheres	12
2.2	Crises e metamorfoses da História das Mulheres	14
3	TRABALHO E GÊNERO (Doing gender)	17
3.1	A história social do trabalho e as relações de gênero	19
3.2	Gênero e trabalho em pesquisas brasileiras	20
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Em célebre frase Marc Bloch nos dá uma definição da História: “a ciência dos homens no tempo” (...). Podemos inferir (e este é o sentido adotado) que o significado da palavra 'homens' engloba a humanidade, como tradicionalmente utilizamos no nosso dia a dia. A historiadora Louise Tilly dirá que podemos usar a definição de Bloch aplicada ao sexo e descrevermos a História das Mulheres como “a ciência das mulheres no tempo” (1994, p. 30). Em mesmo artigo Tilly conta um momento vivido num evento, onde um historiador ao ouvir a comunicação sobre Olympe Gouges e sua recepção na Revolução Francesa, reagiu indagando: “que diferença isto faz?” (1994, p. 29).. Podemos adotar a mesma pergunta para pensar o que significou o desenvolvimento da História das Mulheres. Inicialmente considerado como um apêndice ou secundário aos grandes temas e sujeitos da História, este campo de estudos desenvolve-se durante o período de efervescência da segunda onda do feminismo, entre os anos 1960 e 1970. Esta tardia recuperação da mulher enquanto sujeito histórico não significa dizer que a participação da mulher na História é uma coisa dos tempos atuais, elas sempre existiram, mas o estudo de sua participação (enquanto campo historiográfico) é que se estabelece apenas em meados do século passado. Do mesmo modo, no âmbito da história do trabalho prevaleceu por muito tempo uma visão homogênea acerca da classe trabalhadora por meio da figura do homem/operário sindicalizado. Em virtude disso, teóricas e teóricos críticos dessa perspectiva se reuniram em torno da afirmação “a classe operária tem dois sexos”, que segundo Hirata e Kergoat (1994), significa dizer que

Afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado - ou pior falso do que é uma classe social (1994, p. 95)¹

O objetivo central deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a articulação entre história, gênero e trabalho. Pretende-se analisar como a historiografia brasileira e internacional incorporou a categoria “gênero” para compreender a experiência das trabalhadoras, analisando os principais pressupostos, críticas e renovações deste campo de estudos.

¹ In: Estudos Feministas; ano 2, n.1/94

A presente reflexão surge do projeto de pesquisa (de nossa autoria e em desenvolvimento) que pretende analisar as características do trabalho feminino empreendido na CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), especificamente na cidade de Paulo Afonso (BA) durante os anos 60 e 70. Os indícios encontrados em levantamento inicial das fontes indicam a existência de relações de gênero no trabalho e revela um universo acerca do trabalho das mulheres ainda inexplorado presente nos registros locais do SINERGIA (Sindicato dos Eletricitários da Bahia). Em virtude disso, nos propusemos a revisar a bibliografia existente sobre o tema, sobretudo a trajetória da historiografia a nível internacional e nacional sobre os mundos do trabalho e o gênero. Com este estudo esperamos construir um panorama basilar que sirva aos propósitos de pesquisadores e pesquisadoras que se interessem pela historicidade desta questão.

Quanto à metodologia, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Segundo Barros (2009), o objetivo da revisão bibliográfica é a leitura crítica de textos que demonstram ser valiosos para a investigação. Destarte, o procedimento consistiu no levantamento, leitura e análise de textos de autores(as) clássicos(as) como Joan Scott, Michelle Perrot, Louise Tilly e obras fundamentais do cenário brasileiro. A análise pautou-se na leitura crítica desses referenciais, buscando traçar a evolução teórica do conceito de gênero e sua aplicação prática nos estudos sobre a classe trabalhadora, permitindo uma síntese das principais correntes historiográficas e debates teóricos que moldaram este campo de estudos até a atualidade.

2 DO SILÊNCIO À PALAVRA

Para compreendermos a relação entre história, gênero e trabalho faz-se necessário antes apreender o histórico da questão feminina na historiografia, assim, o primeiro passo dessa empreitada é conhecer a trajetória da *História das Mulheres*. Muito já se escreveu acerca desse tema, em cada uma dessas análises podemos notar alguns pontos em comum em relação ao que se considera ser o estatuto da historiografia antes do “surgimento” das mulheres. Uma palavra se destaca em meio a todas: *o silêncio*, apesar de outros vocábulos estarem sempre presentes acompanhando-a : apagamento, invisibilidade, marginalidade, etc. Esse ponto de partida não é apenas uma simples afirmação restrita ao contexto da escrita da História, ela simboliza séculos e séculos de uma correlação de poder em que estes sujeitos (que caracterizamos como mulheres) foram confinados à cidadãos de segunda classe. Obviamente estamos realizando uma generalização, conhecemos exceções em diferentes momentos históricos e sociedades; consideramos aqui a sociedade ocidental e a indiscutível presença do patriarcado. É necessário ressaltar que o teor adotado nessa reflexão não é o da vitimização, prisma que por vezes é utilizado para se referir aos diferentes grupos marginalizados, do mesmo modo como hoje é conhecido o poder de negociação e resistência dos escravizados brasileiros², a história das mulheres nos permitiu conhecer sujeitos que foram transgressores e recriaram suas condições de existência mesmo em meio às limitações.

No campo acadêmico, Del Priore (2005) demonstra como desde o princípio da filosofia ocidental o tema das diferenças entre os sexos - e a consequente inferioridade da mulher - era considerado natural e ontológico ao ser humano. Segundo a autora, pelo menos até o século XIX duas perspectivas podem ser vistas: não se pensava nessa diferença ou o discurso naturalizante identificava as mulheres com a paixão, intrinsecamente opostas à razão que apenas os homens supostamente a detêm.

Assim, é possível concluir que quando falamos de silêncio em relação à História das Mulheres ele não se refere apenas à historiografia, desde o surgimento da filosofia e do pensamento científico encontramos diversos exemplos que endossam o discurso aqui apresentado. Tendo em vista isso nos resta perguntar: quando é possível dizer que isso mudou? Ou quando passamos do silêncio à palavra?³

² Consultar SCHWARTZ, Stuart B. “Trabalho e Cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos” In: **Escravos, Rocios E Rebeldes**. Edusc - Editora Universidade do Sagrado Coração, 2006.

³ Expressão utilizada por Michelle Perrot em **Minha História Das Mulheres**. Editora Contexto, 2022

2.1 O surgimento da História das Mulheres

O título escolhido acima parece nos dizer que as mulheres são inscritas na História apenas a partir do desenvolvimento desse campo historiográfico, por isso é importante resgatar a distinção que Perrot (2022) faz entre o que consideramos enquanto história - “a ciência dos homens no tempo”⁴- e a escrita desses acontecimentos a qual o historiador se ocupa. Portanto, conclui-se que as mulheres foram por muito tempo excluídas do relato historiográfico, ao mesmo tempo em que sempre desempenharam papel ativo durante séculos e mais séculos de atividade humana. Perrot (2022)⁵ também elabora o que ela enxerga como os dois motivos para essa invisibilidade: a (não) presença das mulheres no espaço público e o silêncio das fontes; nos deteremos nestes aspectos para tentar explicar o desenvolvimento da História das Mulheres.

A primeira hipótese nos diz que por não estarem presentes no espaço público estes sujeitos (mulheres) não chamaram a atenção dos historiadores, que por muito tempo se ocuparam apenas de temas relacionados à essa esfera. Construiu-se a noção de que o espaço privado, sinônimo do doméstico e familiar seria o local onde encontramos as mulheres, em contraste com o mundo da política onde estariam os homens. A crítica à esta noção é um dos pilares do programa político do feminismo, como nos diz Luiz Felipe Miguel (2014, p.19): “O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública”. As feministas defendem que essa delimitação não surge ao acaso, não é natural, mas deve ser vista numa perspectiva histórica, ou seja, historicamente foi atribuído à mulher o espaço privado e limitou-se seu acesso ao espaço público, o que nos leva a um dos aspectos centrais dessa crítica para a nossa reflexão: os papéis de gênero vigentes na divisão sexual do trabalho. Por enquanto nos deteremos a destacar a intrínseca relação entre o movimento feminista e sua contribuição para a História das mulheres, a qual retomaremos mais adiante.

O segundo ponto da explicação entende que por não serem vistas consequentemente pouco se fala sobre as mulheres, e as representações num primeiro momento se restringiam a algumas figuras políticas proeminentes da vida pública: rainhas, heroínas e cortesãs. Mesmo

⁴ Bloch, Marc. **Apologia da História**. Zahar, 2021, p. 55.

⁵ Ibidem

esse interesse restrito pelo feminino surge em um momento especialmente propício: o acesso das mulheres à universidade e a novidade representada pelo movimento feminista.

O efetivo desenvolvimento do campo historiográfico pode ser analisado a partir de diversos fatores, Perrot⁶ os divide em três categorias: científicos, sociológicos e políticos. Dentre os aspectos que consideram conjunturas sociais e políticas o que mais se destaca entre a bibliografia sobre o período é a inserção das mulheres nas universidades e o surgimento do movimento feminista. Especificamente os anos 60 é considerado como o marco desse fenômeno. Nos Estados Unidos as estudantes universitárias e docentes se reúnem em torno dos *Women's Studies* e as revistas *Signs* e *Feminist Studies* (Soihet; Pedro, 2007, p. 286) motivadas pela constatação da dominação masculina através dos séculos e o desejo de escrever sua própria história.

É indispensável ao falarmos do surgimento da História das Mulheres destacar a sua intrínseca relação com o feminismo, porém, ele geralmente não significa uma mesma coisa, dentre as diversas definições e conceituações escolhemos a que abarca os ímpetus iniciais e as heranças para o pensamento feminista contemporâneo:

Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina⁷.

São estes os pressupostos aos quais encontraremos ramificações na Grã-Bretanha ainda na mesma década e França a partir dos anos 70, nesse mesmo interlúdio as sementes do movimento são plantadas no Brasil - a qual investigaremos em um tópico posterior.

Os fatores científicos apontam para as mudanças na historiografia que permitiram a inserção desse novo campo de estudos. As décadas de 60 e 70 presenciaram uma renovação das temáticas e objetos estudados pela História, no movimento que ficou conhecido como Nova História⁸. Este novo paradigma se colocou como “uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional [...]” (Burke, 1992, p.10) que tinha como foco a história política e a vida dos grandes homens, assim, temas considerados marginais ou fora do domínio da História são inseridos no universo que compõem o trabalho do historiador. Fortemente influenciados pelo relativismo cultural, Burke (1992) explica que “A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída⁹”. Sendo possível assim investigar todo tipo de atividade humana, especialmente o cotidiano de pessoas comuns e temáticas como morte, sexualidade, infância e família. Nesse intermédio podemos citar a

⁶ Ibidem (p. 19-20)

⁷ Ibidem (p.17)

⁸ O termo surge do título de um conjunto de ensaios organizado por Jacques Le Goff em 1978.

⁹ Ibidem (p.11)

influência da História Social de corrente marxista que reflete sobre os “de baixo” e a experiência da classe trabalhadora, assim, sujeitos à margem como as mulheres (trabalhadoras) tornam-se objetos da História. Soihet e Pedro (2007, p.285) destacam ainda o surgimento da História das Mentalidades e a História Cultural que reforçam a abordagem do feminino. No âmbito do cultural Priore (2005)¹⁰ defende a influência da antropologia e etnologia acerca da pesquisa sobre os papéis sexuais e o posterior desenvolvimento do campo das representações culturais e sociais, fundamental para o conceito de “*cultura feminina*” ou “*cultura das mulheres*”. Dessa maneira, podemos concluir que a interação entre o contexto político do período, as transformações sociais e uma revolução na historiografia convergiram para o surgimento da História das Mulheres.

O caráter transgressor e a aparente novidade da abordagem provocou críticas em relação aos seus pressupostos e quais seriam as reais contribuições à historiografia, logo, os/as historiadores (as) das mulheres se viram obrigados a repensar seus métodos e objetivos. Antes de nos debruçarmos sobre as críticas, precisamos tentar definir o que o impulso inicial do movimento propunha, suas principais contribuições e revisões posteriores.

2.2 Crises e metamorfoses da História das Mulheres

Comprovamos anteriormente que ao falarmos sobre a emergência da história das mulheres é inevitável relacioná-la com o feminismo. Este movimento emancipatório procurava entender as razões ou origens da dominação masculina e consequente submissão das mulheres, da mesma maneira podemos dizer que historiadores (as) alinhados com esse programa político procuraram historicizar esse processo e integrar a categoria “mulheres” ao relato histórico. Esta premissa não era simples nem tampouco isenta de questionamentos e contradições, no entanto, é inegável sua influência na forma como hoje escrevemos e refletimos sobre as relações de gênero.

Os primeiros impulsos desse novo campo de estudo procuravam a integração das mulheres à historiografia, porém, sua efetiva contribuição não significou apenas uma simples adição ou nota de rodapé ao conjunto da História, mas o descrédito das próprias bases do conhecimento histórico. Ao fazer um balanço sobre esta primeira fase Scott (1992) aponta que a presença de outros sujeitos históricos desestabilizou ou tornou impossível a ideia do homem universal como objeto da História, baseando-se no seguinte questionamento:

¹⁰ Ibidem (p.225)

Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? (1992, p.78)

Para reparar essa falha ou resolver esse problema é que os historiadores das mulheres direcionam suas pesquisas, esse direcionamento juntamente com as transformações causadas pela Nova História teve como aspecto central o redirecionamento “ [...] do interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas” (Tilly, p.35).

Após a definição dos seus objetivos, os pesquisadores se viram diante de um problema: as fontes. As mulheres estavam presentes através de discursos indiretos - imaginadas, representadas - escritos por terceiros, porém, sua própria voz, pensamentos e experiências estavam ocultos (Perrot, 2022, p.21-22). Em consonância com as revisões que acontecem no período (década de 70) os (as) historiadores procuram inicialmente nos arquivos públicos, com um foco específico nos registros persecutórios sobre os “desviantes”. Influenciados por Foucault escrevem uma “historiografia da transgressão”, onde as mulheres são encontradas juntos aos registros da polícia e da igreja, resultando em trabalhos que abordam sexualidade, crime, família e as experiências de grupos subalternos seja na Europa dos séculos XVII e XVIII ou no Brasil colonial e Republicano (Priore, 2005, p.226). Além destes espaços procuram vestígios em jornais, revistas, romances com a temática feminina e aqueles escritos por elas. Do mesmo modo há um gênero de fontes especialmente importante o qual nomeamos nesse trabalho de *gavetas da intimidade*, ou seja, tudo aquilo que era escrito e mantido escondido na intimidade do lar: cartas e diários, registros vivos de memórias perdidas.

O manejo das fontes implicou na escolha por um método adequado aos interesses e objetivos dos pesquisadores, neste caso aqui analisado isto significou um forte aspecto interdisciplinar:

O desenvolvimento de novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. (Soihet; Pedro, 2007, p.265)

Em razão disso, veremos trabalhos que integram conceitos linguísticos (ex:análise de discurso) e novas metodologias, a exemplo da história oral, o que foi essencial para a recuperação da memória feminina (Priore, p.228-229). Ademais, podemos dizer que a principal influência tenha sido o(s) métodos da história social; como apontam Scott (1992) e

Tilly (1994), os historiadores das mulheres - antes denominados historiadores sociais - evidenciaram as experiências desses sujeitos enquanto uma identidade coletiva (mulheres) ou ainda integrantes de uma classe social (trabalhadoras).

Enquanto as décadas de 60 e 70 significaram os primeiros passos desse novo campo de estudos, a década seguinte foi de intensa reflexão e revisão metodológica. As primeiras críticas questionaram: no que “a história das mulheres havia mudado a história tradicional ou renovado seus métodos”?¹¹ A resposta encontrada pelos pesquisadores e pesquisadoras foi ir além da constatação da dominação e opressão masculina e analisar profundamente como a relação homem/mulher foi construída ao longo da história, ou seja, se tornava necessário conhecer as engrenagens do poder estabelecido.

Metodologicamente o foco passa a ser a divisão social dos papéis, especificamente a divisão sexual do trabalho e papéis de gênero, neste sentido o conceito de *gênero* será fundamental para esta nova fase nos estudos sobre as mulheres e o futuro do campo teórico. Por fim, outras críticas se voltaram ao uso do termo “mulher”, inicialmente esta definição foi indispensável para a consolidação de uma identidade política que reivindicava seus direitos políticos em relação aos “homens”. No entanto, com o passar do tempo essa categoria se mostrou insuficiente por não representar a diversidade existente além das mulheres brancas, europeias e universitárias. “A diferença dentro da diferença”, como denominam Matos (2013) e Pedro (2005), reivindicava o uso da categoria “mulheres” e colocava como ordem do dia considerações conceituais e políticas sobre classe, raça e sexualidade.

Desse modo, na década de 90 observamos um renovação temática e metodológica que clamava por uma nova teoria que abarcasse todas as especificidades da realidade social, a resposta encontrada naquele momento foi o “uso do gênero como categoria útil de análise histórica”¹².

¹¹ (Priore, 2005, p.222)

¹² Título do artigo de Joan Scott, publicado pela primeira vez no Brasil em 1992.

3. TRABALHO E GÊNERO (*Doing gender*)

O debate sobre sexo e gênero estava na pauta das feministas desde o início da chamada segunda onda do feminismo, no entanto, os primeiros insights sobre a diferença sexual e papéis sociais podem ser rastreados até a primeira metade do século, especificamente na obra de Margaret Mead intitulada “*Male and female: a study of the sexes in a changing world*”, publicado em 1948. A definição clássica, ou a primeira vez em que se usa “gênero” apartado de “sexo” aparece na obra do psicanalista e psiquiatra norte americano Rober Stoller “*Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity (1968)*”, baseada na sua prática médica com pacientes intersexos e transexuais (Pedro, 2005).

Nos anos 70 a historiografia das mulheres já se mostrava consciente da necessidade de incorporar os estudos de gênero; segundo a historiadora social Natalie Zemon Davis era imperativo: “compreender a significação dos sexos, dos grupos de gênero no passado histórico”¹³. Todavia, a obra considerada o marco dessa nova fase é da autoria de Joan Scott, historiadora estadunidense e anteriormente veiculada à história social do trabalho¹⁴. O artigo publicado originalmente em 1986 e com tradução em português em 1992, foi recebido com muito interesse e se tornou um referencial teórico tanto para a historiografia como para as ciências sociais e teorias feministas. A definição de Scott é tributária do pós-estruturalismo e declaradamente influenciada por Jacques Derrida e Michel Foucault, este talvez seja o aspecto mais criticado em seu trabalho, além do seu rompimento com a história social que resultou na crítica à E.P Thompson e o conceito de experiência¹⁵.

Podemos afirmar que dois elementos são essenciais para compreender a construção de Scott: significado e poder. Em passagem clássica a autora nos diz o seguinte:

¹³ (DAVIS, Natalie Z.: “Women's History in Transition: The European Case”, IN *Feminist Studies*, 3. 1976, p. 90 apud Tilly, p. 43)

¹⁴ Como demonstrado em sua obra “*Women, Work and Family*”, publicada em conjunto com Louise Tilly em 1978.

¹⁵ Podemos encontrar um resumo de suas principais críticas neste trecho: “Todavia, o conceito da experiência tem-se tornado problemático para os historiadores e necessita ser criticamente discutido. Não somente o pós-estruturalismo questionou se a experiência tem uma posição externa à convenção linguística (ou construção cultural), mas o trabalho dos historiadores das mulheres também pluralizou e complicou os caminhos que os historiadores usaram convencionalmente para a experiência. Além disso, e mais importante para minha argumentação aqui, o mundo diferente do movimento político feminista nos anos 80 tomou impossível uma única definição da experiência das mulheres. Como tem sempre ocorrido, às questões colocadas para a teoria são questões sobre política: há uma experiência das mulheres que transcenda os limites de classe e raça? Como as diferenças de raça ou etnia afetam a “experiência das mulheres” e as definições das necessidades e interesses femininos em tomo dos quais podemos nos organizar ou sobre os quais podemos escrever? Como podemos determinar o que aquela “experiência” é ou foi no passado? (1992, p. 92)

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.¹⁶

Nesta percepção há uma relação recíproca entre as relações sociais e as relações de poder, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder” (p.21). Assim, é trabalho do historiador compreender como os “símbolos” e “conceitos normativos” (significados) sobre masculino e feminino são constituídos e mudam ao longo do tempo,

De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito [...] O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros (p.21-22)

Dessa maneira, é possível afirmar que o uso do gênero como conceito pode responder aos questionamentos iniciais do feminismo acerca das relações entre os sexos baseadas na hierarquização e subordinação. Na escrita da história das mulheres isto resultou na reflexão sobre estruturas de poder e a produção de discursos sobre o significado do masculino e feminino nos diversos âmbitos da vida humana.

Todavia, a concepção de gênero não é estanque, ou seja, Scott não foi a última/única a teorizar sobre o tema. Pensadores e pensadoras de outras áreas do conhecimento expandiram ou refutaram seu trabalho¹⁷, dentre estes destacamos a obra de Judith Butler, especificamente seu livro “Gender Trouble” (1990) - com tradução para o português em 2003 - que se tornou referência nos estudos feministas de perspectiva pós-estruturalista. Segundo Soihet e Pedro (2003; 2007) e Casaca (2006) a teoria da performatividade de gênero questiona a correlação entre sexo/biologia vs gênero/cultura, pois considera o sexo enquanto objeto discursivo passível de mutações

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (Butler, apud, Pedro, p.91)

¹⁶ (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, p.21). Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8891635/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

¹⁷ A exemplo de Thomas Laqueur (1992) e Linda Nicholson (2000), segundo Pedro (2005).

A “performatividade” da teoria reside no fato de que as práticas e os discursos que constroem gênero e sexo alteram-se constantemente, desfazendo assim a noção da imutabilidade das identidades/performances do masculino e feminino.

Apesar da valiosa contribuição para as teóricas feministas, os trabalhos de Butler e Scott, oriundos da perspectiva pós-estruturalista, não conseguem contemplar em sua totalidade a história das mulheres sob o prisma da História Social, em particular os estudos sobre o trabalho por conta do destaque atribuído à linguagem e a excessiva crítica à perspectiva materialista da História. Portanto, é imprescindível conhecer quais foram as aplicações da categoria gênero na historiografia do trabalho, particularmente no Brasil.

3. 1 A história social do trabalho e as relações de gênero

É possível reconstruir a equação *mulheres + gênero + trabalho* na historiografia com base na trajetória da história social. Como apontado anteriormente, o surgimento da história das mulheres está diretamente relacionado ao desenvolvimento da história social enquanto especialidade¹⁸, particularmente a de corrente anglo-saxã e de influência marxista. A tendência inaugurada por E.P Thompson e a *history from below* (história vista de baixo) colocou no centro das atenções a experiência de pessoas comuns (Castro; 1992, p.85), contribuindo para a apreensão de que as mulheres da classe trabalhadora possuem diferenças elementais em relação ao conjunto de sua classe, vista anteriormente de modo homogêneo.

Igualmente, a afiliação teórica à história social de figuras proeminentes na história das mulheres indica desde o princípio sua relevância para a evolução desse campo de estudos. Uma destas figuras, a historiadora norte-americana Louise Tilly, aponta em artigo publicado em 1994 a abundância de estudos - até aquele período - que articulavam conceitos e métodos da história social com questões provocadas pelo emprego do gênero na pesquisa histórica. Os temas dessas obras envolviam as experiências das mulheres de classe média e mulheres escravizadas, a relação de trabalhadores e trabalhadoras na industrialização, processos de inclusão/exclusão nos sindicatos e participação feminina na formação de classes na Inglaterra e Estados Unidos. A abundância de publicações que baseiam-se nas relações de gênero para explicar problemas tradicionais da história social do trabalho sugere uma efetiva integração entre estes dois marcos teóricos. No campo internacional este panorama geral se apresenta,

¹⁸ É indispensável a menção ao impacto e relevância da demografia, especialmente a história da família e sexualidade - e a presença das mulheres - tanto para a história cultural como para a história social. Sobre o tema consultar Priore (2005) e Castro (1992).

todavia, do mesmo modo faz-se necessário apreender as implicações na historiografia brasileira.

3.2 Gênero e trabalho em pesquisas brasileiras

As profundas transformações geradas pelo surgimento da história das mulheres no exterior repercutiram no Brasil, que a princípio acompanhou de modo tímido as novas tendências da historiografia¹⁹. Diversas fontes como Batalha (1998); Matos (2013); Popinigis; Schettini (2024) e Soihet (1997) indicam a década de 80 como o período em que os primeiros trabalhos historiográficos relevantes sobre o tema são publicados. A produção acerca da classe operária neste momento é marcada pela diversificação das fontes e a ampliação dos temas. Antes considerados secundários, os trabalhadores e suas condições de existência se tornam o novo enfoque (Batalha, 1998).

Dois trabalhos historiográficos de peso são continuamente citados na bibliografia existente, são eles: “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, de autoria da Maria Odila Leite da Silva Dias e “*Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*”, Brasil (1890-1930), de Margareth Rago, publicado no ano seguinte. O primeiro, inspirado pela história social de corrente inglesa e francesa e os estudos sobre escravidão privilegiou “os papéis sociais das mulheres das classes oprimidas, livres, escravas, e forras entre fins do século XVIII e às vésperas da abolição”²⁰.

Ainda na década de 80 podemos citar o dossiê “*A mulher no espaço público*” (v.9, n.18) da Revista Brasileira de História, organizado por Maria Stella Martins Bresciani e publicado em 1989, que reuniu uma diversidade de produções que fugiam da tradicional associação entre as mulheres e o espaço privado. Neste dossiê o artigo que abordava especificamente o trabalho das mulheres foi o da historiadora Esmeralda Blanco B. Moura, intitulado “*Além da indústria Têxtil: o trabalho feminino em atividades "masculinas"*”, cujo objetivo era a análise da mão de obra feminina na indústria paulista no final do século XIX até 1920.

As mulheres operárias foram o grande destaque desta fase que privilegiou o trabalho fabril (Matos, 2013, p.6), especialmente em produções no campo das ciências sociais; não é ao acaso que a obra considerada pioneira nos estudos sobre gênero no Brasil seja “*A mulher*

¹⁹ Algumas obras que consultamos relacionam esse relativo “atraso” ao fato de que nas décadas anteriores o Brasil esteve sob a égide da ditadura civil-militar. O lento processo de transição democrática durante os anos 80 favoreceu o interesse pelos movimentos sociais, incluindo o feminismo.

²⁰ Dias, 1995 [1984], p. 13 apud Popinigis e Schettini, 2024, p.07

na sociedade de classes: mito e realidade”, de autoria da socióloga Heleieth Saffioti²¹. Muito referenciada²² também é a tese de doutoramento de Maria Valéria Junho Pena e publicada pela Paz e Terra em 1981 sob o título “*Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril*”.

Ademais, o trabalho que julgamos melhor representar o casamento entre a história e as ciências sociais neste período é o da socióloga Elisabeth Souza Lobo. A produção de Lobo durante esta década privilegiou o estudo das práticas e vivências de mulheres operárias em São Paulo. Em “*Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo*”, publicado em 1982, analisa a relação entre o crescimento da participação das mulheres no trabalho industrial e sua correlação com as taxas de sindicalização. Baseada no conceito da divisão sexual do trabalho²³, revela “o caráter sexista de suas condições de trabalho” (2021, p.50) e o fato de que as especificidades das reivindicações femininas não aparecem no discurso geral dos metalúrgicos. Destacamos igualmente o artigo “*Experiências de mulheres, destinos de gênero*”, publicado em 1989, onde a ligação com a história é evidenciada pelo uso conceitual da experiência segundo Thompson. Esta pesquisa baseou-se nas narrativas de três operárias de uma indústria de autopeças; Lobo avalia os significados (ou representações) do trabalho assalariado e doméstico para estas mulheres que compartilham certos “destinos”. Vistos por elas como o movimento natural da vida, mas que se revelam especialmente diferentes para homens e mulheres: “As três mulheres [...] compartilham um destino de mulheres construído pela família, os filhos para cuidar, enquanto os homens não parecem ter um destino, seus caminhos podem ser feitos e refeitos” (2021, p.90).

Na década seguinte destaca-se a repercussão do supracitado texto de Joan Scott e sua acepção de gênero. As implicações de sua conceituação possibilitaram a ampliação de pesquisas “que enfrentaram o desafio de recobrar as experiências de homens e mulheres em diferentes perspectivas, períodos e regiões do país, recuperando o cotidiano, ações, práticas, resistências e lutas [...]” (Matos, 2013, p.13). A proliferação de temas, objetos e fontes - baseados nas relações de gênero - que surgiram desde os anos 90 até o período mais recente é impossível de ser esgotada e não constitui o objetivo deste estudo, no entanto, cabe mencionar algumas temáticas e abordagens contemporâneas que integram a história social do trabalho e o gênero.

²¹ Fruto de sua tese de doutorado e publicada pela primeira vez em 1969, dedica dois capítulos ao trabalho feminino.

²² Conferir Batalha (1998); Matos (2013); Soihet (1997)

²³ A respeito disso Lobo conclui: A divisão do trabalho entre os sexos está na base da opressão da mulher na sociedade e na família e, para compreendê-la, é necessário combinar a análise do cotidiano da fábrica e do sindicato com o da família operária” (2021, p.50)

O principal exemplar dessa tendência aparece no campo da história social da escravidão, que tem articulado numa perspectiva interseccional raça, gênero e classe. Popinigs e Schettini (2024, p.21) destacam três pontos que tem permeado as produções acadêmicas acerca das mulheres escravizadas, livres e libertas: o ofício das quitandeiras; a maternidade das mulheres negras e “a vasta gama de ocupações, atividades e arranjos de trabalho articulados sob a rubrica do “*serviço doméstico*”. Adiciona-se a esse quadro a contribuição a respeito do trabalho doméstico e seu lugar de destaque na historiografia recente, como bem representado no dossiê “*Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas*” da Revista Mundos do Trabalho, (vol.10, número 20). Na apresentação da referida obra, Souza e Silva (2018, p.11) defendem a atualidade e relevância do tema pois tem contribuído para “o reconhecimento das próprias trabalhadoras e trabalhadores domésticos como sujeitos históricos de peso, no passado e no presente”.

Por fim, dentre as produções mais recentes podemos referenciar a pesquisa de Glaucia Fraccaro, publicada em 2018 no livro “Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). O objetivo de sua reflexão é reconstruir a história das lutas pelos direitos das mulheres a partir da agência das trabalhadoras, seja nos sindicatos ou em movimentos sociais, a exemplo do feminismo

A abordagem que aqui proponho para a história da classe trabalhadora, no começo do século XX, no Brasil, pode contribuir para a formulação de novas perguntas e hipóteses a fim de desvelar em que medida o Estado, a legislação e as instituições trabalharam ou foram atingidas por disputas em torno da autonomia das mulheres²⁴.

Ao nos aproximarmos dos quase 40 anos das primeiras publicações no Brasil sobre gênero e trabalho fica evidente que este campo ainda apresenta sinais de vitalidade e continua atento às questões do presente, por meio da contribuição de movimentos sociais ou dos trabalhadores. O percurso aqui apresentado demonstra que a escrita sobre as mulheres na historiografia “*é sempre uma narrativa política*”²⁵.

²⁴ (2018, p.34)

²⁵ (Scott, 1992, p. 67)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta revisão bibliográfica, concluímos que a articulação entre história, gênero e trabalho ultrapassa a simples inserção de mulheres no relato historiográfico; ela constitui, essencialmente, uma ruptura com o estatuto que creditava ao homem o símbolo da experiência humana. O percurso aqui traçado demonstrou que a superação do 'silêncio' historiográfico sobre as mulheres trabalhadoras não ocorreu de modo linear, mas através de um intenso diálogo com as transformações na historiografia, contribuições de outros campos das ciências humanas e fundamentalmente com o feminismo.

A apropriação do conceito de gênero, notadamente sob a lente de Joan Scott, permitiu compreender que as relações sociais não são naturais, mas construídas a partir de significados que sustentam e reproduzem relações de poder. No contexto brasileiro, o campo obteve sucesso ao articular essa categoria de modo interdisciplinar, demonstrando que a classe trabalhadora não pode ser vista de modo homogêneo, mas numa perspectiva que articule as múltiplas experiências de raça, gênero e classe. A atual relevância de temas como o trabalho doméstico e a interseccionalidade demonstra que a categoria gênero segue sendo uma ferramenta indispensável de compreensão da realidade social para os historiadores.

Conclui-se, portanto, que a historiografia do trabalho hoje é indissociável da perspectiva de gênero. As investigações na contemporaneidade devem revelar as múltiplas experiências que compõem a história das mulheres. O campo segue, assim, aberto a novas perguntas, desafiando a historiografia a continuar desvendando as complexas interações entre gênero e trabalho na experiência humana.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 103-111, jul./dez. 2009.
- BATALHA, C. H. M. **A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências**. In: FREITAS, M. C. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CASACA, Sara Falcão. 2009. **Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho**. Instituto Superior de Economia e Gestão, SOCIUS Working Papers, nº 4, 2009.
- CASTRO, Hebe. **História social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas**. Mandrágora, São Paulo, v.19, n.19, p.5-15, 2013.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77–98, 2005.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.
- PRIORE, Mary Del. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Beatriz. **História social do trabalho e perspectiva de**

gênero no Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 44, 2024.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, J. W. **História das mulheres.** In: BURKE, P. (Ed.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Conferir páginas na edição utilizada.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.** Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, p. 281–300, 2007.

TILLY, L. A. **Gênero, história das mulheres e história social.** Cadernos Pagu, n. 3, p. 29–62, 1994.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Lugar de Mulher é... Na fábrica; Estado e Trabalho Feminino no Brasil (1910-1934).** História: Questões & Debates, Curitiba, PR, n. 34, p.175-200, 2001.

Declaração de Uso de Tecnologias Assistivas e Inteligência Artificial

Em observância à Portaria nº 2664/2026 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), declaramos que durante a preparação deste manuscrito, utilizamos a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa Gemini, versão 3.5 Flash, desenvolvida pelo Google, com o objetivo exclusivo de realizar a revisão gramatical, a correção ortográfica e o aprimoramento do fluxo estilístico do texto na seção de Resumo, Introdução e Conclusão. Ressaltamos que a tecnologia foi empregada unicamente como suporte linguístico, não tendo sido utilizada para a geração de hipóteses, criação de dados experimentais, redação de novos conceitos científicos ou tomada de conclusões. Após o processamento automatizado, revisamos, editamos e validamos criticamente cada alteração sugerida, assumindo integral responsabilidade técnica, ética e legal pelo conteúdo e pela integridade do manuscrito final.